



Porto
Lazer

Politécnicos
OPINIÃO

desiste do recurso

Festival Marés

Jerónimo propõe

A reforma do ensino superior

MÁRIO DAVID SOARES 24/01/2015 - 02:52

O maior erro político seria o de avançar com esta reforma sem que ela tivesse sido objecto de um amplo debate.

No passado dia 4 de Janeiro, o jornal PÚBLICO publicou uma interessante notícia da responsabilidade do jornalista Samuel Silva intitulada *A reforma do superior não saiu do papel e poucos acreditam que este ano seja diferente*.

Por ser matéria de elevado interesse e por ter sido relator, no âmbito do Comité Económico e Social Europeu, de dois pareceres que abordam a questão do ensino superior [*Proposta de recomendação do Conselho e do Parlamento Europeu relativa à continuação da cooperação europeia com vista à garantia da qualidade do ensino superior*, Março de 2005, *Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um programa de acção para o reforço da qualidade do ensino superior e a promoção da compreensão intercultural, através da cooperação com países terceiros (Erasmus Mundus) (2009-2013)*, Março de 2008, e *O Ensino Superior Europeu no Mundo*, Janeiro de 2013], atrevo-me a apresentar alguns pontos que julgo serem importantes para este debate.

Começo pelo fim da [notícia](http://www.publico.pt/sociedade/noticia/a-reforma-do-superior-nao-saiu-do-papel-e-poucos-acreditam-que-em-2015-seja-diferente-1681013) (<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/a-reforma-do-superior-nao-saiu-do-papel-e-poucos-acreditam-que-em-2015-seja-diferente-1681013>), por ser o ponto que me merece maior

discordância. Citando o Professor Marques dos Santos, afirma-se que seria um erro político se a reforma do ensino superior não avançar ainda nesta legislatura.

Ora, na minha opinião, o maior erro político seria, ao contrário, o de avançar com esta reforma sem que ela tivesse sido objecto de um amplo debate entre todos os sectores interessados e implicados. Um debate transparente, esclarecedor e, sobretudo, que não tenha como pressupostos o de dividir o ensino superior entre os que podem pagar os estudos e, por isso, aceder aos patamares mais elevados de formação, e aqueles outros que, por vicissitudes várias, a menor das quais não será certamente a sua origem social, só terão acesso a patamares inferiores.

Porque tem que ser transparente e esclarecedor, mas porque não pode significar um recuo nos legítimos anseios de ascensão social por parte dos que já são mais desfavorecidos e frágeis, recuso que este debate seja feito apenas entre os académicos, naturalmente indispensáveis e insubstituíveis. Este é um debate que, pela importância estratégica para o desenvolvimento económico e social do país, estratégico para a coesão social e territorial da nação que somos, deve envolver toda a sociedade, destacando, neste aspecto, os parceiros sociais e a sociedade civil no seu conjunto.

Neste campo, como em muitos outros, a pressa pode ser má conselheira, mas sobretudo pode conduzir a resultados que podem não ser os mais desejáveis para a sociedade que queremos construir.

As três ideias principais entretanto definidas pelo Governo português para uma reforma do ensino superior podem até merecer a concordância como questões a discutir, ainda que lhe faltem os pressupostos políticos e metodológicos orientadores do debate: uma nova fórmula de financiamento, uma maior distinção entre o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário e o estímulo à criação de consórcios entre instituições.

Indo por partes e focando, apenas e para já, as duas primeiras questões.

Uma nova fórmula de financiamento do ensino superior.

Tendo em conta o que tem sido a prática deste Governo ao longo dos últimos anos, dito assim é logo para desconfiar. Os cortes a que têm sido sujeitas as instituições do ensino superior, e que raíam o escândalo não só por terem colocado em questão o esforço por elas realizado ao longo dos últimos anos para a afirmação da sua qualidade através da formação dos seus docentes, da aposta na internacionalização e de projectos de investigação pioneiros, mas o mero funcionamento das mesmas com sucessivos alarmes feitos pelos seus responsáveis de falta de dinheiro para pagar salários e outras despesas básicas, são elementos que nos fazem desconfiar de que pode estar aí “gato escondido com o rabo de fora”.

Não se nega que a questão do financiamento seja uma questão importante e que merece debate. Se se tiver em conta os enormes e prementes desafios que se colocam hoje às instituições do ensino superior, poder-se-á ter uma ideia do financiamento necessário para os concretizar. Na verdade, numa sociedade globalizada e competitiva, como é a sociedade de hoje, o conhecimento é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões – social, económica e de bem-estar – e o ensino superior tem que ser capaz de criar e divulgar novos conhecimentos e ser um factor de inovação que contribua para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade em geral. Para alguns, o ensino superior deve concentrar-se em criar os elementos essenciais para o desenvolvimento e o crescimento económico. Sem negar a importância, para mim, é igualmente importante que contribua para o desenvolvimento social e para a coesão das sociedades.

Daí o financiamento atribuído ao ensino superior dever estar à altura do que se lhe exige. Podem encontrar-se múltiplas fontes de financiamento, mas é ao Estado que cabe em primeiro lugar garantir que ele é suficiente, justo e equilibrado, tendo em conta não só a importância do sector, mas também as condições concretas da sua implementação territorial. Critérios que assentem exclusivamente em atribuir mais a quem já tem todas as condições para ser bom e atractivo criam diferenciações que, tarde ou cedo, vão empobrecer o país. Financiar é também responsabilizar aqueles que usam os dinheiros públicos, pelo que

se exigem controlos que podem ser diversos e variados sobre o modo e o alcance das estratégias definidas e que eu estou seguro que as instituições não rejeitam, antes exigem.

Uma maior distinção entre o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário.

Pode ser um debate interessante, mas sem se clarificar qual o sentido a dar a esta distinção todas as leituras podem ser admitidas. Distinguir na qualidade do ensino ministrado? Na duração dos cursos? Nos graus a atribuir? Nos jovens a admitir? Um ensino superior para os que têm dinheiro para irem mais longe e um outro para cobrir as necessidades imediatas do mercado de trabalho, naturalmente com salários mais “baratos”. Uns licenciados de qualidade aptos à exportação onde fazem falta (Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Austrália) e outros licenciados à medida da Merkel (para continuar a desvalorização do trabalho e dos salários em Portugal).

Sem me estender muito em considerações, gostaria de deixar algumas perguntas que podem fazer sentido colocar para o debate. Continua a fazer sentido atribuir funções às diferentes instituições (politécnico/universitário) através de critérios administrativos definidos em gabinetes ministeriais em vez da análise criteriosa e independente da sua qualidade e das suas capacidades? Que importa mais para uma reforma verdadeira e eficaz do ensino superior, um selo administrativo que divida as instituições ou implantar e reforçar a qualidade do ensino superior através da institucionalização das boas práticas e do desenvolvimento da gestão da qualidade a nível europeu?

A reforma do ensino superior não pode deitar por terra todo o investimento realizado no sentido de alargar o seu acesso ao maior número de jovens portugueses e que continua claramente deficitário em relação à média europeia. Não pode ser também um meio de desresponsabilizar o Estado da tarefa de formar e qualificar as gerações futuras. Pelo contrário, ela deve centrar-se em definir e garantir a sistemática aplicação das metodologias que permitam aumentar a sua qualidade e constituir-se num

instrumento de melhoria contínua do sistema no seu conjunto e proporcionar um ensino superior de qualidade a todos os níveis e para todos.

Membro do Comité Económico e Social Europeu

Subscreva as nossas newsletters

O melhor do Público no email.

Subscrever

COMENTÁRIOS

Os comentários a este artigo estão fechados. [**Saiba porquê.**](#)